

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•] PARA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA O
DESASSOREAMENTO DOS RIOS TIETÊ E PINHEIROS E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS RELACIONADOS

ANEXO H – DIRETRIZES SOCIOAMBIENTAIS

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

ÍNDICE

1.	DIRETRIZES GERAIS	4
2	DIRETRIZES OPERACIONAIS	7
3	DIRETRIZES DE INVESTIMENTO.....	15
4	PASSIVOS AMBIENTAIS	17
5	INSTRUMENTOS LEGAIS E NORMAS APLICÁVEIS	20
6	ATENDIMENTO AOS PADRÕES DE DESEMPENHO DA IFC	0

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

MANUTA

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

1 DIRETRIZES GERAIS

1.1 Durante a vigência do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá:

- 1.1.1 Cumprir as obrigações ambientais vigentes previstas nos dispositivos legais e normativos em nível federal, estadual e municipal;
- 1.1.2 Priorizar alternativas que minimizem os impactos ambientais em suas atividades;
- 1.1.3 Se responsabilizar pela reparação civil de passivos ambientais originados na vigência do CONTRATO e relativos à sua operação;
- 1.1.4 Conduzir processos de contratação balizados pelo princípio de igualdade de oportunidades e equidade de gênero, prezando pelo respeito aos direitos humanos;
- 1.1.5 Comprometer-se com a realização de boas práticas no uso e preservação dos recursos naturais;
- 1.1.6 Realizar ações de monitoramento, mitigação e compensação de impactos socioambientais provenientes do desenvolvimento das atividades de instalação e/ou ampliação e operação.

1.2 A CONCESSIONÁRIA será responsável por todos os encargos concernentes ao licenciamento ambiental do PROJETO e todos os aspectos que envolvem a sua regularidade ambiental.

1.3 Quanto à regularidade ambiental de suas atividades, estruturas e empreendimentos, são encargos da CONCESSIONÁRIA:

- 1.3.1 Obter todas as licenças e autorizações ambientais obrigatórias para a implantação, operação, manutenção e prestação do serviço, conforme aplicável;
- 1.3.2 Após a assinatura do CONTRATO e durante a FASE PRÉ OPERACIONAL a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar aos órgãos ambientais a solicitação de mudança de titularidade de todas as licenças, autorizações ou outorgas existentes e concluir as respectivas transferências.
- 1.3.3 A renovação destas licenças e manutenção da respectiva validade será de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA;

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- 1.3.4 Atender às condicionantes das licenças ambientais, inclusive das licenças já existentes que serão transferidas à CONCESSIONÁRIA, e viabilizar a renovação de todas elas no prazo mínimo estabelecido pelo órgão ambiental e/ou pela legislação ambiental vigente;
 - 1.3.5 Responsabilizar-se pelo cumprimento, ônus e encaminhamento dos controles das condicionantes ambientais junto aos órgãos fiscalizadores, com envio de documentação pertinente;
 - 1.3.6 Obter todas as outorgas de direito de uso dos recursos hídricos necessárias junto ao órgão gestor de recursos hídricos do Estado de São Paulo (SP Águas);
 - 1.3.7 Responsabilizar-se pela interlocução com os diferentes agentes e atores intervenientes ao processo de licenciamento e regularização ambiental;
 - 1.3.8 Manter à disposição de órgãos competentes todos os documentos relacionados às licenças ambientais, autorizações ambientais e outorgas de direito de uso dos recursos hídricos;
 - 1.3.9 Elaborar e implementar programas socioambientais de forma a atender as exigências estabelecidas no licenciamento ambiental;
 - 1.3.10 A CONCESSIONÁRIA, ao final de seu contrato, deverá entregar as instalações em completa regularidade ambiental, com licenças e outorgas válidas por um período mínimo de 6 (seis) meses, ou com requerimento de renovação solicitado dentro do prazo legal.
- 1.4 A CONCESSIONÁRIA deverá projetar, construir, operar e manter as áreas associadas ao OBJETO do CONTRATO DE CONCESSÃO, de acordo com os requisitos da legislação federal, estadual e municipal, dos Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Socioambiental (PDs) da *International Finance Corporation* (IFC) e das disposições aplicáveis das diretrizes gerais ambientais, de segurança do Grupo do Banco Mundial (WBG) (Diretrizes Gerais de Meio Ambiente e Saúde e Segurança do Banco Mundial), refletidas nos programas e demais obrigações descritas neste ANEXO.
 - 1.5 A CONCESSIONÁRIA deverá observar o rito licenciatório adequado para cada área operacional ou intervenção prevista, podendo o procedimento para licenças ambientais e demais autorizações pertinentes serem distintos.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- 1.6 A CONCESSIONÁRIA deverá atender os prazos estipulados pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) e demais órgãos públicos necessários à formalização do processo de licenciamento ambiental, observando a validade dos ESTUDOS AMBIENTAIS aplicáveis, intervenção em Área de Preservação Permanente (APP) e Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRAs).
- 1.7 A elaboração e o desenvolvimento de estudos ambientais e atendimento às condicionantes impostas no processo para obtenção e manutenção de licenças ambientais é de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

2 DIRETRIZES OPERACIONAIS

- 2.1 A CONCESSIONÁRIA será responsável por solicitar, logo após a assinatura do CONTRATO, a mudança de titularidade de todas as licenças ambientais associadas às ÁREAS OPERACIONAIS e BOTA-ESPERAS junto à CETESB e de demais autorizações vigentes.
- 2.2 Em até 30 dias após a ASSINATURA DO CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar a solicitação de transferência de titularidade das licenças ambientais, a qual deve ser concluída até o fim da FASE PRÉ-OPERACIONAL, como condição de início da FASE DE OPERAÇÃO PARCIAL.
- 2.3 A CONCESSIONÁRIA deverá realizar, logo após a assinatura do CONTRATO e durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, a análise do cumprimento dos TERMOS DE COMPROMISSO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL (TCRA) existentes relativos ao PROJETO. Quando aplicável, a CONCESSIONÁRIA deverá empenhar-se na regularização dos TCRA não cumpridos.
- 2.4 Em relação ao Rio Tietê, a CONCESSIONÁRIA deverá proceder, após a obtenção da titularidade das licenças ambientais, com o processo de unificação das licenças ambientais relativas aos SERVIÇOS DE DESSASOREAMENTO, conforme prazos aprovados no PLANO DE OPERAÇÃO E PLANO DE EXECUÇÃO.
- 2.4.1 A unificação das licenças ambientais do Rio Tietê deverá ocorrer de forma gradual, acompanhando o vencimento e a renovação das licenças ambientais existentes e aquelas que ainda serão obtidas, devendo ser concluída em até 5 (anos) anos antes do encerramento do CONTRATO.
- 2.4.2 Quanto aos trechos 49 a 55 da AO3, de acordo com ANEXO A – ÁREA DA CONCESSÃO, que não possuem licenças ambientais, a CONCESSIONÁRIA deverá conduzir todo o processo para a obtenção do licenciamento ambiental, incluindo a realização de estudos e análises.
- 2.4.3 A CONCESSIONÁRIA deverá proceder com a avaliação das condicionantes das licenças de operação emitidas para os diferentes trechos do Rio Tietê, considerando a implantação dos PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL, a fim de propor uma licença única abrangendo todos os lotes do Rio Tietê. A partir dessa análise deverá ser encaminhado formalmente à CETESB uma proposta de GESTÃO AMBIENTAL unificada.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- 2.5 No que tange aos SERVIÇOS DE DESSASSOREAMENTO do Rio Pinheiros, a CONCESSIONÁRIA deverá solicitar à CETESB a renovação da Licença de Operação com antecedência mínima de 120 dias, contados a partir da data de expiração do respectivo prazo de validade.
- 2.6 A partir da FASE PRÉ-OPERACIONAL, após a transferência de titularidade das licenças ambientais, a CONCESSIONÁRIA será responsável pela renovação e manutenção de todas as licenças, autorizações ou outorgas e atendimento de todas as condicionantes durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO.
- 2.7 A CONCESSIONÁRIA será responsável pela implantação e execução dos PROGRAMAS DE GESTÃO AMBIENTAL durante todo o período de CONCESSÃO, associados às condicionantes das licenças ambientais de operação, sendo, minimamente:
- 2.7.1 **Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental**, que deve incluir, no mínimo, as seguintes ações a serem executadas pela CONCESSIONÁRIA:
- 2.7.1.1 Ações de envolvimento e sensibilização da comunidade a respeito da importância da conservação dos recursos hídricos, bem como dos benefícios das atividades desenvolvidas com os SERVIÇOS DE DESSASSOREAMENTO.
 - 2.7.1.2 Deverão ser realizadas ao menos de 4 (quatro) atividades ao ano associadas à comunicação social e/ou educação ambiental envolvendo às COMUNIDADES AFETADAS, sendo que o órgão ambiental competente poderá, no âmbito do licenciamento ambiental, solicitar outras demandas.
 - 2.7.1.3 Identificação e mapeamento de pontos de contato entre grupos e/ou comunidades (partes interessadas) que realizam atividades de preservação e conservação ao longo dos trechos do Rio Tietê e Rio Pinheiros.
 - 2.7.1.4 Estruturação e atualização de Matriz de Partes Interessadas (Stakeholders), como forma de manter o mapeamento e envolvimento das COMUNIDADES AFETADAS.
- 2.7.2 **Programa de Gestão Ambiental do Material Dragado** (Sedimentos e Resíduos), que inclua, no mínimo, as seguintes ações a serem executadas pela CONCESSIONÁRIA:

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- 2.7.2.1 Realização de análises físico-químicas dos sedimentos para classificá-los de acordo com seu nível de contaminação, de acordo com a Resolução CONAMA nº 454/2012, Decisão de Diretoria (DD) nº 125/2021/E, de 09 de dezembro de 2021 e ABNT NBR 10.004:2004, sendo a coleta a ser executada, pelo menos, trimestralmente;
- 2.7.2.2 Além das análises físico-químicas, deverão ser incluídas as análises granulométricas, porcentagem de sólidos, peso específico e vazão sólida;
- 2.7.2.3 Para disposição no solo dos sedimentos, a caracterização química dos sedimentos deverá considerar a Decisão de Diretoria (DD) nº 125/2021/E, de 09 de dezembro de 2021, e suas respectivas atualizações. Quando da disposição em aterros com licenças ambientais vigentes expedidas pelo órgão ambiental competente e/ou outras áreas de destinação final, conforme indicação no PLANO DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS (ANEXO B), que vierem a classificar o sedimento como resíduo, deverá ser considerada a ABNT NBR 10.004:2004 e suas atualizações.
- 2.7.2.4 O CONCESIONÁRIO será responsável por separar sedimentos em inertes e não-inertes, conforme a classificação, nas áreas de bota espera e posterior destinação final.
- 2.7.2.5 Separar rejeitos, entulhos e outros resíduos dos materiais das atividades de desassoreamento e segregá-los em pilhas específicas para descarte em aterro sanitário licenciado.
- 2.7.2.6 Dispor o material desassoreado em áreas de secagem (BOTA-ESPERA), com medidas de segurança para evitar contaminação do solo e da água superficial e subterrânea.
- 2.7.2.7 Armazenar temporariamente materiais não-inertes, decorrentes das atividades de DESASSOREAMENTO em áreas impermeabilizadas, de acordo com as normas técnicas brasileiras vigentes, para prevenir contaminação por percolação.
- 2.7.2.8 Transportar o material desassoreado em veículos cobertos para evitar dispersão de material particulado e/ou de contaminantes.
- 2.7.2.9 Destinar todo material desassoreado a locais licenciados, conforme normatizado pela ABNT NBR 10.004:2004 e pela Decisão de Diretoria (DD) nº 125/2021/E, de 09 de dezembro de 2021, incluindo eventuais atualizações aplicáveis.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

2.7.3 Plano de Gerenciamento de Qualidade da Água, incluindo, no mínimo, as seguintes ações a serem executadas pela CONCESSIONÁRIA;

2.7.3.1 Realização de monitoramento contínuo de metais pesados e demais substâncias químicas para detectar alterações na qualidade da água, de acordo com Resolução CONAMA Nº 357/2005, considerando campanhas trimestrais de monitoramento.

2.7.3.2 Avaliação dos resultados obtidos em cada campanha, apresentando a evolução dos parâmetros, quanto à alteração na qualidade da água.

2.7.3.3 Realização de monitoramento semanal de turbidez e oxigênio dissolvido (OD), associado às atividades de DESASSOREAMENTO, aplicando aeração ou paralisando as atividades quando os níveis de oxigênio caírem significativamente, considerado valores críticos de OD menores do que aqueles que foram mensurados previamente às atividades de desassoreamento.

2.7.3.4 O monitoramento semanal deverá considerar, ao menos, 132 amostragens de água (Oxigênio Dissolvido e Turbidez), associadas às frentes de serviço, considerando-se três amostras no dia - antes do início das atividades, durante e ao término das atividades de desassoreamento.

2.7.4 Programa de Gerenciamento de Ruídos e Vibrações, com limites de emissão baseados nas Diretrizes Gerais de Meio Ambiente Saúde e Segurança da IFC, que deve contemplar, no mínimo, as seguintes ações a serem executadas pela CONCESSIONÁRIA:

2.7.4.1 Medições regulares, a serem feitas, pelo menos, trimestralmente, das emissões de ruídos e vibrações causadas pelas atividades de dragagem e operação de maquinário, com foco nas áreas próximas a estruturas sensíveis.

2.7.4.2 Deverá também ser verificada a necessidade de instalação de silenciadores e barreiras acústicas ao redor das zonas operacionais e o planejamento das operações, de forma a minimizar os impactos em áreas e horários de maior sensibilidade.

2.7.5 Programa de Trânsito e Segurança Viária / Controle de tráfego, que deverá abranger, no mínimo, as seguintes ações a serem executadas pela CONCESSIONÁRIA:

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- 2.7.5.1 Avaliação e monitoramento, que deverá ocorrer, preferencialmente, de forma trimestral, dos potenciais riscos de segurança rodoviária e de trânsito, que deverá prever ações educativas de segurança no trânsito para ciclistas, crianças e adolescentes e comunidades em geral, conforme as Diretrizes Gerais de Meio Ambiente e Saúde e Segurança do Banco Mundial e de acordo com as normas vigentes brasileiras.
- 2.7.6 **Programa de Controle Ambiental do Derrocamento**, a ser executado em trechos do Rio Pinheiros (AO 04) e na região do Rio Tietê que compreende os trechos 20 a 31 (ANEXO A), que deve ser composto, no mínimo, pelas seguintes ações a serem executadas pela CONCESSIONÁRIA:
- 2.7.6.1 Detalhamento do método utilizado e justificativa para seu emprego, em termos de eficiência e eficácia, volume a ser removido e destinação prevista, bem como o plano de transporte dos resíduos e métodos de manejo e controle para evitar contaminações.
- 2.7.6.2 Caracterização dos sedimentos de fundo e em suspensão do Rio Tietê e Rio Pinheiros.
- 2.7.6.3 Realização de estudos hidrossedimentológicos com o objetivo de analisar o efeito a curto, médio e longo prazo dos SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO.
- 2.7.7 **Programa de Controle de Erosão e Assoreamento**, que deve conter, no mínimo; as seguintes ações a serem executadas pela CONCESSIONÁRIA:
- 2.7.7.1 Identificação e mapeamento de áreas com maior potencial de geração de sedimentos que, devido a diferentes fatores ambientais e antropogênicos serão aportados no Rio Tietê e Rio Pinheiros, possibilitando, assim, a identificação de potenciais áreas de acúmulo de sedimentos.
- 2.7.7.2 Avaliação e monitoramento do impacto dos SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO na estabilidade das margens do Rio Tietê e Rio Pinheiros.
- 2.7.7.3 Os processos erosivos identificados deverão ser registrados e catalogados, indicando as medidas de controle e mitigação a serem executadas pela CONCESSIONÁRIA.
- 2.7.7.4 Executar o monitoramento do processo erosivo registrado até o término do próximo período chuvoso, no mínimo, para avaliação da eficácia das medidas implementadas.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

2.7.8 Programa de Minimização dos Incômodos à População, que deve conter, no mínimo, as seguintes ações a serem executadas pela CONCESSIONÁRIA:

- 2.7.8.1 Medidas de controle de ruído em toda a cadeia de operação dos SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO, integrando ao Programa de Gerenciamento de Ruídos e Vibrações.
- 2.7.8.2 Verificar, junto ao Mecanismo de Reclamação, a ser estruturado e operado pela CONCESSIONÁRIA, atividades e/ou ações associados aos SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO que estão gerando incômodos à população e identificar maneiras de minimizá-las.

2.7.9 Programa de Recuperação da Vegetação Ciliar, deve ser elaborado e implementado pela CONCESSIONÁRIA, considerando, no mínimo, as seguintes diretrizes:

- 2.7.9.1 Planejamento estratégico com definição clara das metas de restauração, com prospecção dos prazos das atividades e resultados esperados. Em conjunto deve-se realizar o levantamento das características intrínsecas das áreas e ecossistemas a terem sua vegetação ciliar recuperada.
- 2.7.9.2 Plano de restauração de vegetação ciliar, com análise da vegetação local, condições do solo e proposição das técnicas a serem utilizadas para a restauração. No plano deve ser estudado condições climáticas que favorecem a sobrevivência das mudas e, também, o levantamento de espécies de diferentes grupos ecológicos – pioneiras, secundárias e climáticas.
- 2.7.9.3 Ações de comunicação e integração com iniciativas de recuperação de vegetação ciliar, realizadas por iniciativas sociais, comunitárias e/ou acadêmicas e de pesquisa, bem como iniciativas institucionais ou iniciativas propostas pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê.
- 2.7.9.4 Alinhamento com os Planos de Bacia do Alto Tietê e outros estudos pertinentes, de modo a subsidiar o direcionamento de recursos com a finalidade de recuperação da vegetação ciliar.
- 2.7.9.5 A recuperação da vegetação ciliar deve priorizar o emprego de espécies nativas, alinhados à diversidade de espécies da região e do bioma presente.
- 2.7.9.6 Proposição de ações aplicáveis ao monitoramento das fases de sucessão ecológica e emprego de medidas de manejo adequadas.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

2.7.10 Programa de Monitoramento da Ictiofauna, que deve conter, no mínimo, as seguintes ações a serem executadas pela CONCESSIONÁRIA:

- 2.7.10.1 Levantamento prévio para identificação da distribuição de espécies da Ictiofauna ao longo do Rio Tietê e Rio Pinheiros, incluindo seus ciclos reprodutivos – com enfoque nos períodos de desova e habitats sensíveis visando mapear potenciais suscetibilidades e vulnerabilidades relacionadas à ictiofauna e delimitação de áreas sensíveis ao desenvolvimento dos SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO.
- 2.7.10.2 A partir de tal levantamento, realizará proposição de planejamento de atividades de modo à, quando possível, direcionar o cronograma dos SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO a evitar os períodos tidos como críticos, principalmente relacionados a reprodução de ictiofauna, evitando operações com maior vulnerabilidade de fauna aquática.
- 2.7.10.3 Proposição de áreas funcionais como habitats artificiais ou áreas de refúgio temporário de ictiofauna.
- 2.7.10.4 Levantamento das áreas de maior impacto à ictiofauna decorrentes dos SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO.
- 2.7.10.5 Proposição de ações a serem tomadas para viabilizar o monitoramento e controle dos efeitos e impacto do aumento da turbidez e possível destruição e perda de habitats decorrente das atividades de DESASSOREAMENTO.
- 2.7.10.6 Avaliação e monitoramento dos efeitos das atividades dos SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO na população de ictiofauna nas áreas do PROJETO, com verificação periódica da mortandade de ictiofauna.

2.7.11 Programa de Minimização de Incômodos à Ictiofauna, contendo entre outros aspectos relevantes, as seguintes ações a serem executadas pela CONCESSIONÁRIA:

- 2.7.11.1 Medidas de controle de ruído a partir da utilização de equipamentos de baixo impacto.
- 2.7.11.2 Planejamento operacional, de forma que seja possível realizar as atividades inerentes do PROJETO de forma gradual, atenuando o estresse ambiental decorrente do início dos SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- 2.7.11.3 Proposição de tecnologias de repulsão de ictiofauna não prejudiciais nas áreas identificadas de maior impacto dos SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO.
- 2.7.11.4 Outros programas ambientais poderão ser solicitados durante os processos de licenciamento ambiental pela CETESB, a depender da análise do órgão ambiental, os quais deverão ser estruturados e executados pela CONCESSIONÁRIA.
- 2.8 A CONCESSIONÁRIA deverá realizar o compartilhamento dos dados e informações resultantes da implantação dos programas ambientais e demais ações associadas aos aspectos socioambientais, por meio da plataforma e sistemas do Centro de Monitoramento e Controle Operacional.

3 DIRETRIZES DE INVESTIMENTO

- 3.1 No que tange aos trechos que correspondem a AO 01 que parte do Eixo do Barramento da PCH Pirapora de Bom Jesus à UHE Edgard de Souza, a CONCESSIONÁRIA também deverá realizar, durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, consulta prévia junto à CETESB para condução do processo de licenciamento ambiental das atividades de DESASSOREAMENTO de toda sua extensão. A CONCESSIONÁRIA deverá dar prosseguimento ao processo de licenciamento, elaborando os ESTUDOS AMBIENTAIS cabíveis até o segundo ano da FASE DE OPERAÇÃO PARCIAL.
- 3.2 A CONCESSIONÁRIA também deverá conduzir o processo de licenciamento ambiental para os trechos que estarão contemplados na AO 03 – Trechos 49 a 55, iniciando Consulta Prévia junto à CETESB durante a FASE PRÉ-OPERACIONAL, e, posteriormente, deverá elaborar os estudos ambientais necessários até o primeiro ano da FASE DE OPERAÇÃO PARCIAL.
- 3.3 A CONCESSIONÁRIA deverá executar os programas ambientais que poderão ser solicitados durante o processo de licenciamento ambiental da AO 01 e dos trechos da AO 03 associados à Licença de Instalação, configurando como condicionantes a serem atendidas pela CONCESSIONÁRIA.
- 3.4 A CONCESSIONÁRIA deve solicitar e alinhar-se aos critérios para obtenção de outorgas de uso dos recursos hídricos junto à SP Águas, quando cabível, até o final da FASE DE OPERAÇÃO PARCIAL.
- 3.5 Em caso de necessidade de novas áreas de BOTA-ESPERA, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar consulta prévia de novas áreas, indicando-as à CETESB que emitirá uma manifestação a respeito.
- 3.5.1 As anuências dos proprietários para a aquisição de novas áreas de BOTA-ESPERA necessárias para a realização dos SERVICOS deverão ser solicitadas e conduzidas pela CONCESSIONÁRIA.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- 3.5.2 Em casos em que será necessário a intervenção em Áreas de Preservação Permanente (APP) ou e/ou supressão de vegetação, a CONCESSIONÁRIA deverá solicitar as devidas autorizações, adequando-se às legislações pertinentes, comprometendo-se a fazer as devidas compensações ambientais e/ou plantios compensatórios por meio da celebração de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRAs), bem como, apresentar as anuências dos proprietários das áreas a receberem intervenção decorrentes das atividades do PROJETO.

4 PASSIVOS AMBIENTAIS

- 4.1 A partir da ORDEM DE INÍCIO PRÉ-OPERACIONAL, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar monitoramento prévio nas áreas de BOTA-ESPERA existentes, ou seja, nos dois primeiros meses da FASE PRÉ-OPERACIONAL, por meio de amostragens de solo, para identificar qualquer passivo ambiental, seguindo as diretrizes do Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas da CETESB, 3ª edição (2023) ou a versão mais atual.
- 4.2 A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS com relação ao SERVIÇO, o qual deverá ser submetido à apreciação do VERIFICADOR INDEPENDENTE até o final da FASE PRÉ-OPERACIONAL, mediante não objeção da AGÊNCIA REGULADORA.
- 4.3 A não apresentação do RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS dentro do prazo previsto implicará a renúncia, irrevogável e irretratável, da CONCESSIONÁRIA de pleitear reequilíbrios econômico-financeiros por passivos ambientais existentes.
- 4.4 Caso sejam identificados passivos ambientais, deverá ser elaborado laudo técnico individual de cada ocorrência, o qual deverá ser assinado por profissional competente e com recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as seguintes informações:
- Localização do passivo ambiental;
 - Descrição geral do tipo de passivo e da situação identificada por meio de levantamento in loco;
 - Registro fotográfico da situação observada;
 - Análise temporal da área em estudo, por meio da utilização de imagens de satélite atualizadas e antigas, para fins de comparação;
 - Resultados de investigações geotécnicas de campo e laboratoriais que venham a demonstrar a situação de estabilidade do local;
 - Caracterização geral da área, incluindo mapeamento geológico e geotécnico e de uso e cobertura do solo em escala detalhada (1:1.000);
 - Apresentação das soluções para recuperação do passivo ambiental; e
 - Croqui da situação identificada e das soluções propostas para o passivo ambiental.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- 4.5 Para cada um dos passivos ambientais identificados caberá à CONCESSIONÁRIA a proposição e emprego das técnicas adequadas para o seu gerenciamento e remediação, devendo ser apresentado ao VERIFICADOR INDEPENDENTE e, após sua aprovação, executado Plano de Intervenção, tendo como referência o Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas da CETESB, 3ª edição (2023).
- 4.6 Os apontamentos constantes do RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS serão apreciados pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE em até 15 (quinze) dias, e submetidos posteriormente para avaliação, em até 15 (quinze) dias, pela ARSESP.
- 4.7 Em caso de solicitação de ajustes pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE ou pela ARSESP, a CONCESSIONÁRIA deverá adequar o RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS em até 10 (dez) dias.
- 4.8 Recebido o RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS com os ajustes indicados, o VERIFICADOR INDEPENDENTE poderá se manifestar favoravelmente ao documento, em até 10 (dez) dias, cabendo à ARSESP avaliá-lo subsequentemente, em até 10 (dez) dias, e convertê-lo em RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS aprovado.
- 4.9 Eventuais controvérsias que ainda sejam levantadas pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE ou ARSESP deverão ser submetidas à análise do COMITÊ DE PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS, que deverá apresentar sua deliberação final em até 30 (trinta) dias do recebimento da notificação emitida, observado o regramento do CONTRATO, a qual constituirá o RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS aprovado.
- 4.10 Todos os passivos ambientais identificados, apontados no RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS aprovado, deverão ser tratados e recuperados pela CONCESSIONÁRIA, em prazo a ser fixado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, assegurando-se o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO nas hipóteses em que o risco tenha sido alocado ao PODER CONCEDENTE.
- 4.11 Após a implementação do reequilíbrio econômico-financeiro, a CONCESSIONÁRIA não terá nada mais a requerer sobre os passivos ambientais existentes, inclusive aqueles identificados no RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS aprovado, salvo vícios ocultos, nos termos do CONTRATO.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- 4.12 A CONCESSIONÁRIA deverá manter monitoramento preventivo nas áreas de BOTA-ESPERA existentes, com amostragens de solo, considerando, pelo menos, três amostragens por área, a cada seis meses, durante todo o período de CONCESSÃO, independente da constatação de passivo ambiental ou não.
- 4.13 A CONCESSIONÁRIA deverá realizar amostragens de solo para as novas áreas de BOTA-ESPERA a serem contempladas pelo PROJETO, previamente ao seu uso e durante toda a CONCESSÃO, com frequência semestral e considerando, pelo menos, três amostragens de solo por área, a fim de garantir o monitoramento da área para fins de identificação de potenciais contaminantes decorrentes dos SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO.
- 4.14 A responsabilidade pela reparação civil dos passivos ambientais originados na vigência do CONTRATO e relativos à sua operação compete à CONCESSIONÁRIA.
- 4.15 Caberá à CONCESSIONÁRIA a execução das medidas saneadoras dos passivos ambientais decorrentes dos SERVIÇOS e INVESTIMENTOS, bem como o direcionamento de ações de monitoramento e de avaliação da eficiência das medidas aplicadas, a partir de uma abordagem cuidadosa, especialmente em relação aos riscos associados à presença de contaminantes no sedimento.
- 4.16 Ao final da CONCESSÃO, ficará a cargo da CONCESSIONÁRIA a devolução das áreas de BOTA-ESPERA reversíveis devidamente regularizadas e livres de passivos ambientais, assegurando que estejam aptas para uso do PODER CONCEDENTE.
- 4.16.1 Caso sejam constatados danos, irregularidades ou passivos ambientais, a CONCESSIONÁRIA deverá executar, às suas expensas, todas as medidas necessárias para reparação, regularização e eliminação dos passivos no prazo definido pelo PODER CONCEDENTE.
- 4.17

5 INSTRUMENTOS LEGAIS E NORMAS APLICÁVEIS

5.1 A CONCESSIONÁRIA deverá se atentar ao atendimento pleno da legislação ambiental vigente e das normativas aplicáveis, sendo está totalmente responsável por qualquer descumprimento de tais instrumentos ou por qualquer dano ambiental que venha a causar durante todo o período de CONCESSÃO.

5.2 Legislação Ambiental Federal

- I. **Lei Federal nº 6.938/1981**- Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências
- II. **Lei Federal nº 9.433/1997** - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- III. **Lei Federal nº 9.605/1998** - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
- IV. **Lei Federal nº 9.985/2000** - Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- V. **Lei Federal nº 11.428/2006** - Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.
- VI. **Lei Federal nº 12.305/2010** - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; dá outras providências.
- VII. **Lei Federal nº 12.651/2012** - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa - Código Florestal.
- VIII. **Lei nº 12.727/2012** - Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.
- IX. **Lei Federal nº 14.026/2020** - Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- X. **Decreto Estadual nº 8.468/1976** - Aprova o Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.
- XI. **Decreto Federal nº 6.660/2008** - Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.
- XII. **Decreto Federal nº 6.848/2009** - Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.
- XIII. **Resolução CONAMA nº 01/1986** - Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.
- XIV. **Resolução CONAMA nº 237/1997** - Dispõe sobre o processo de licenciamento ambiental.
- XV. **Resolução CONAMA nº 302/2002** - Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.
- XVI. **Resolução CONAMA nº 307/2002** - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais.
- XVII. **Resolução CONAMA nº 357/2005** – Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.
- XVIII. **Resolução CONAMA nº 371/2006** – Estabelece as diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme dispõe o artigo 36 da Lei 9.985/00 que instituiu o SNUC.
- XIX. **Resolução CONAMA nº 369/2006** - Dispõe sobre casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, para intervenção ou supressão de vegetação em APP.
- XX. **Resolução CONAMA nº 420/2009** - Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópica.

- XXI. **Resolução CONAMA nº 428/2010** - Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências.
- XXII. **Resolução CONAMA nº 430/2011** - Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
- XXIII. **Resolução CONAMA nº 429/2011** - Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APPs).
- XXIV. **Resolução CONAMA nº 454/2012** - Estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional.
- XXV. **Portaria Interministerial nº 60/2015 (Ministérios do Meio Ambiente, da Justiça, da Cultura e da Saúde)** - Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA.

5.3 Legislação Ambiental Estadual

- I. **Lei Estadual nº 997/1976** - Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente.
- II. **Lei Estadual nº 5.598/1987** - Declara Área de Proteção Ambiental regiões urbanas e/ou rurais dos municípios de Salesópolis, Biritiba Mirim, Mogi das Cruzes, Suzano, Poá, Itaquaquecetuba, Guarulhos, São Paulo, Osasco, Barueri, Carapicuíba e Santana do Parnaíba.
- III. **Lei Estadual nº 7.663/1991** - Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- IV. **Lei Estadual nº 9.866/1997** - Dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo.
- V. **Lei Estadual nº 9.509/1997 e suas alterações** - Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente.
- VI. **Lei Estadual nº 10.780/2001** - Dispõe sobre a reposição florestal no Estado de São Paulo e dá outras providências.
- VII. **Lei Estadual nº 12.300/2006** - Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes.
- VIII. **Lei Estadual nº 13.577/2009** - Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas, e dá outras providências correlatas.
- IX. **Lei Estadual nº 13.550/2009** - Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Cerrado no Estado, e dá providências correlatas.
- X. **Lei Estadual nº 16.337/2016** - Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH e dá providências correlatas.
- XI. **Lei Complementar nº 1.413/2024** - Dispõe sobre o regime jurídico das agências reguladoras estaduais, transforma o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE em Agência de Águas do Estado de São Paulo - SP-ÁGUAS, e dá providências correlatas.
- XII. **Decreto Estadual nº 8.468/1976** - Aprova o Regulamento da Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.
- XIII. **Decreto Estadual nº 10.755/1977** – Dispõe sobre o enquadramento dos corpos de água receptores na classificação prevista no Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976 e dá providências correlatas.
- XIV. **Decreto Estadual nº 42.837/1998** - Regulamenta a Lei nº 5.598, de 06/02/87, que declara área de proteção ambiental regiões urbanas e rurais ao longo do curso do Rio Tietê: Salesópolis, Biritiba Mirim, Mogi das Cruzes, Suzano, Poá, Itaquaquecetuba, Guarulhos, São Paulo, Osasco, Barueri, Carapicuíba e Santana do Paraíba.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- XV. **Decreto Estadual nº 47.397/2002** - Dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente.
- XVI. **Decreto Estadual nº 47.400/2002** Regulamenta dispositivos da Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, referentes ao licenciamento ambiental, estabelece prazos de validade para cada modalidade de licenciamento ambiental e condições para sua renovação, estabelece prazo de análise dos requerimentos e licenciamento ambiental, institui procedimento obrigatório de notificação de suspensão ou encerramento de atividade, e o recolhimento de valor referente ao preço de análise.
- XVII. **Decreto Estadual nº 49.566/2005** - Dispõe sobre a intervenção de baixo impacto ambiental em áreas consideradas de preservação permanente pelo Código Florestal.
- XVIII. **Decreto Estadual nº 59.263/2013** - Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas, e dá providências correlatas.
- XIX. **Decreto Estadual nº 66.550/2022** - Reorganiza o "Programa Remanescentes Florestais", de que tratam o artigo 23 da Lei nº 13.798, de 9 de novembro de 2009, e os artigos 51 a 67 do Decreto nº 55.947, de 24 de junho de 2010, passando a denominar-se "Programa REFLORESTA-SP", e reorganiza o "Programa de Incentivos à Recuperação de Matas Ciliares e à Recomposição de Vegetação nas Bacias Formadoras de Mananciais de Água - Nascentes", de que trata o Decreto nº 62.914, de 8 de novembro de 2017, passando a denominar-se "Programa Nascentes", e dá providências correlatas.
- XX. **Decreto Estadual nº 62.973/2017** - Dá nova redação a dispositivos do Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente, e a dispositivos do Decreto nº 47.400, de 4 de dezembro de 2002, que regulamenta disposições da Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997, referentes ao licenciamento ambiental.
- XXI. **Resolução SMA nº 54/2007** - Dispõe sobre o licenciamento ambiental e regularização de empreendimentos urbanísticos e de saneamento básico considerados de utilidade pública e de interesse social e dá outras providências.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- XXII. **Resolução SMA nº 85/2012** – Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização dos órgãos responsáveis pela administração de unidades de conservação, de que trata o § 3º, do artigo 36, da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e dá providências correlatas.
- XXIII. **Resolução SMA nº 100/2013** - Regulamenta as exigências para os resultados analíticos, incluindo-se a amostragem, objeto de apreciação pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA.
- XXIV. **Resolução SMA nº 32/2014** - Estabelece as orientações, diretrizes e critérios sobre restauração ecológica no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.
- XXV. **Resolução SMA nº 49/2014** - Dispõe sobre os procedimentos para licenciamento ambiental com avaliação de impacto ambiental, no âmbito da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB.
- XXVI. **Resolução SMA nº 92/2014** - Define as autorizações para manejo de fauna silvestre no Estado de São Paulo, e implanta o Sistema Integrado de Gestão de Fauna Silvestre – GEFAU.
- XXVII. **Resolução SMA nº 07/2017** - Dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas e para intervenções em Áreas de Preservação Permanente no Estado de São Paulo.
- XXVIII. **Resolução SMA nº 20/2017** - Altera a Resolução SMA nº 7, de 18 de janeiro de 2017, que dispõe sobre os critérios e parâmetros para compensação ambiental de áreas objeto de pedido de autorização para supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas e para intervenções em Áreas de Preservação Permanente no Estado de São Paulo.
- XXIX. **Resolução SMA nº 036/2017** - Estabelece as diretrizes gerais para a caracterização e disposição terrestre de material dragado do leito dos corpos d'água.
- XXX. **Resolução SIMA nº 080/2020** - Dispõe sobre os procedimentos para análise dos pedidos de supressão de vegetação nativa para parcelamento do solo, condomínios ou qualquer edificação em área urbana, e o estabelecimento de área permeável na área urbana para os casos que especifica.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- XXXI. **Resolução SIMA nº 086/2020** - Regulamenta os procedimentos para a integração das autorizações, alvarás de licenças e licenças ambientais com as outorgas, declarações e cadastros de uso e interferências em recursos hídricos.
- XXXII. **Resolução SIMA nº 80/2022** - Regulamenta o mecanismo de cumprimento da compensação ambiental por supressão de vegetação nativa, intervenção em área de preservação permanente (APP) ou corte de árvores isoladas por meio de alienação ao Poder Público de área localizada no interior de Unidade de Conservação de domínio público pendente de regularização fundiária
- XXXIII. **Resolução SEMIL nº 02/2024** - Dispõe sobre critérios e parâmetros para a compensação ambiental devida em razão da emissão de autorização, pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, para supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas ou intervenções em Áreas de Preservação Permanente - APP áreas rurais e urbanas do Estado de SP.
- XXXIV. **Portaria CBRN nº 01/2015** - Estabelece o Protocolo de Monitoramento de Projetos de Restauração Ecológica.
- XXXV. **Portaria DAEE nº 1.630/2017** - Dispõe sobre procedimentos de natureza técnica e administrativa para obtenção de manifestação e outorga de direito de uso e de interferência em recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo.
- XXXVI. **Portaria DAEE nº 23/2010** - Dispõe sobre procedimentos para avaliação de outorgas de obras hidráulicas na área da APA do Rio Tietê, em consonância com a Resolução SMA nº 1 de 5 de janeiro de 2010.
- XXXVII. **Portaria FF/DE nº 047/2013** - Dispõe sobre o roteiro para a análise da Fundação Florestal sobre a intervenção de empreendimentos em Unidades de Conservação ou Zonas de Amortecimento.
- XXXVIII. **Portaria Normativa FF/DE nº 308/2019** - Estabelece procedimento para pedidos de autorização para instalação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia e infraestrutura urbana em geral, não sujeitos a licenciamento ambiental localizados em Unidades de Conservação.
- XXXIX. **Portaria DAEE nº 3.280/2020** - Altera a Portaria DAEE no 1.630, de 30 de maio de 2017, que dispõe sobre procedimentos de natureza técnica e administrativa para obtenção de manifestação e outorga de direito de uso e de interferência em recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- XL. **Portaria Normativa FF nº 438/2024** - Estabelece procedimentos para localização de áreas/imóveis em relação às Unidades de Conservação sob gestão da Fundação Florestal.
- XLII. **Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2024** - Fixa tipologia para o licenciamento ambiental municipal de empreendimentos e atividades que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, nos termos do artigo 9º, inciso XIV, alínea “a”, da Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011.
- XLIII. **Decisão de Diretoria CETESB nº 195/2005/E** - Dispõe sobre a aprovação dos Valores Orientadores para Solos e Águas Subterrâneas no Estado de São Paulo – 2005, em substituição aos Valores Orientadores de 2001, e dá outras providências.
- XLIV. **Decisão de Diretoria CETESB nº 045/2014/E/C/I** - Dispõe sobre a aprovação dos Valores Orientadores para Solos e Águas Subterrâneas no Estado de São Paulo – 2014, em substituição aos Valores Orientadores de 2005 e dá outras providências.
- XLV. **Decisão de Diretoria CETESB nº 153/2014/I** - Dispõe sobre os Procedimentos para o Licenciamento Ambiental com Avaliação de Impacto Ambiental no Âmbito da CETESB, e dá outras providências.
- XLVI. **Decisão de Diretoria CETESB nº 217/2014/I** - Estabelece o Manual para elaboração de estudos para o licenciamento com avaliação de impacto ambiental.
- XLVII. **Decisão de Diretoria CETESB nº 256/2016/E** - Dispõe sobre a aprovação dos “Valores Orientadores para Solos e Águas Subterrâneas no Estado de São Paulo – 2016” e dá outras providências.
- XLVIII. **Decisão de Diretoria CETESB nº 38/2017/C** - Dispõe sobre a aprovação do "Procedimento para a Proteção da Qualidade do Solo e das Águas Subterrâneas", da revisão do "Procedimento para o Gerenciamento de Áreas Contaminadas" e estabelece "Diretrizes para Gerenciamento de Áreas Contaminadas no Âmbito do Licenciamento Ambiental", em função da publicação da Lei Estadual 13.577/2009 e seu Regulamento, aprovado por meio do Decreto 59.263/2013, e dá outras providências.
- XLIX. **Decisão de Diretoria CETESB nº 125/2021/E** - Dispõe sobre a Aprovação da Atualização da Lista de Valores Orientadores para Solo e Água Subterrânea.
- XLIX. **Decisão de Diretoria CETESB nº 29/2023/C** - Estabelece Procedimento para solicitação, análise e emissão de autorizações para intervenção em recursos

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

naturais menores que 1.000 m² e corte de árvores nativas isoladas em número menor ou igual a 100 exemplares.

5.4 Normas Técnicas

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é uma entidade privada sem fins lucrativos cujo objetivo é padronizar as técnicas de produção no Brasil, sejam para trabalhos acadêmicos, técnicos e científicos. A finalidade dessa padronização é assegurar a compreensão da produção científica, tecnológica e documental do país, além de conferir confiabilidade aos trabalhos e produtos que seguem este padrão.

Foram selecionadas as normas ABNT NBR relacionadas às atividades em questão, mas convergentes com questões socioambientais.

- I. **ABNT NBR 9.897:1987** – Planejamento de amostragem de efluentes líquidos e corpos receptores – Procedimento.
- II. **ABNT NBR 9.898:1987** - Preservação e técnicas de amostragem de efluentes líquidos e corpos receptores – Procedimento.
- III. **ABNT NBR 10.004:2004** - Estabelece critérios para a classificação de resíduos sólidos no Brasil, identificando os riscos que esses resíduos podem representar ao meio ambiente e à saúde pública.
- IV. **ABNT NBR 10.006:2004** - Procedimento para obtenção de extrato solubilizado de resíduos sólidos.
- V. **ABNT NBR 10.005:2005** - Procedimento para obtenção de extrato lixiviado de resíduos sólidos.
- VI. **ABNT NBR 9.653:2005** - Guia para avaliação de efeitos provocados pelo uso de explosivos na mineração em áreas urbanas.
- VII. **ABNT NBR 15595:2008** - que trata da gestão de áreas contaminadas, fornecendo orientações sobre a avaliação e remediação de sedimentos contaminados.
- VIII. **ABNT NBR 10.151:2000** - Acústica - Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade - Procedimento
- IX. **ABNT NBR 10.151:2020** - Acústica — Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas — Aplicação de uso geral

6 ATENDIMENTO AOS PADRÕES DE DESEMPENHO DA IFC

6.1 Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais

6.1.1 A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver, implementar, em até 180 dias a partir da emissão da ORDEM DE SERVIÇO PRÉ-OPERACIONAL, e manter atualizado, um SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (SGAS), de acordo com os requisitos estabelecidos no Padrão de Desempenho 1 da IFC e as normas técnicas brasileiras.

6.1.1.1 O SGAS a ser implementado pela CONCESSIONÁRIA poderá ser um sistema de gestão baseado nas normas NBR ISO 14.001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental) e NBR ISO 45.001: 2018 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional) e NBR ISO 31000:2018 (Gestão de Riscos).

6.1.1.2 O SGAS a ser implementado pela CONCESSIONÁRIA deverá incluir os seguintes elementos:

- i. Política abrangente que defina os objetivos e princípios ambientais e sociais;
- ii. Estrutura organizacional adequada;
- iii. Plano para desenvolver a capacidade organizacional e a competência da CONCESSIONÁRIA para implementar, manter e, se necessário, reforçar o SGSA, incluindo a definição de funções e responsabilidades relevantes da equipe técnica com competências e conhecimentos adequados;
- iv. Processo de identificação de riscos e impactos;
- v. Programas de gestão, incluindo medidas e ações de prevenção, mitigação e melhoria de desempenho que contemplem os riscos e impactos ambientais e sociais decorrentes das atividades da CONCESSIONÁRIA. Os programas devem ser desenvolvidos pela equipe da CONCESSIONÁRIA e/ou terceiro contratado, visando uma gestão uniforme dos riscos ambientais e sociais, e devem ser implementados por meio de procedimentos específicos para as áreas associadas aos SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO do Rio Tietê e do Rio Pinheiros;
- vi. Processos de monitoramento e análise;
- vii. Auditorias socioambientais, internas e externas, para identificar e monitorar os riscos e impactos do projeto;
- viii. Plano de preparação e resposta a emergência;
- ix. Processos de engajamento de PARTES INTERESSADAS.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- 6.1.2 A CONCESSIONÁRIA deverá destacar os aspectos ambientais mais significativos com base na matriz de impactos elaborada, considerando efeitos cumulativos e sinérgicos dos impactos ambientais, instalações associadas e demais estruturas de interesse.
- 6.1.3 A CONCESSIONÁRIA deverá considerar na identificação de riscos e impactos:
- 6.1.4 Emissões de gases de efeito estufa, riscos relevantes das mudanças climáticas e oportunidades de adaptação;
- 6.1.5 Valores atribuídos aos serviços de ecossistemas e biodiversidade pelas comunidades afetadas;
- 6.1.6 Realização de AVALIAÇÃO DE RISCO SOCIAL para identificar indivíduos ou grupos vulneráveis dentro das comunidades afetadas, propondo medidas específicas com base em consultas participativas e respeito aos direitos humanos, garantindo que impactos e riscos sejam devidamente dimensionados.
- 6.1.7 A CONCESSIONÁRIA deverá assegurar que o ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) ou estudos equivalentes para o licenciamento ambiental estejam alinhados com os Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Socioambiental da IFC.
- 6.1.8 A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar, em até 12 meses a partir da emissão da ORDEM DE SERVIÇO PRÉ-OPERACIONAL, as linhas de base ambientais e realizar ESTUDO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO CUMULATIVO, conforme o *Good Practice Handbook on Cumulative Impact Assessment and Management*, para mapear e mitigar IMPACTOS CUMULATIVOS do PROJETO e de estruturas associadas.
- 6.1.9 A CONCESSIONÁRIA deverá reavaliar os impactos diretos, indiretos e residuais do projeto sobre populações, ecossistemas e serviços ecossistêmicos com base em estudos atualizados.
- 6.1.10 A CONCESSIONÁRIA deverá revisar e, se necessário, aprimorar medidas mitigadoras, garantindo conformidade com os PDs e as Diretrizes Gerais de SSMA da IFC, conforme o Manual para Elaboração de Estudos Ambientais com AIA da CETESB (2019).
- 6.1.11 A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e implementar programas ambientais necessários para o licenciamento e atendimento aos PDs.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

6.1.12 A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e implementar o ESTUDO DE ANÁLISE DE RISCO (EAR) e PROGRAMA DE GESTÃO DE RISCOS (PGR), bem como o PLANO DE ATENDIMENTO À EMERGÊNCIA (PAE).

6.1.12.1 O PAE deve estar totalmente alinhado ao Padrão de Desempenho 1, com, no mínimo, o seguinte conteúdo:

- i. Identificação dos cenários de emergência;
- ii. Procedimentos específicos de resposta a emergências;
- iii. Apresentação das equipes treinadas para resposta às emergências;
- iv. Contatos de emergência e sistemas/protocolos de comunicação;
- v. Procedimentos para comunicação com autoridades governamentais e com COMUNIDADES AFETADAS;
- vi. Equipamentos e instalações de emergência necessários;
- vii. Protocolos para a utilização dos equipamentos e instalações de emergência;
- viii. Identificação de rotas de evacuação e pontos de encontro;
- ix. Procedimento de treinamentos de emergência e sua periodicidade com base nos níveis de emergência atribuídos.

6.1.12.2 A CONCESSIONÁRIA deverá garantir que o SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO do Rio Tietê e do Rio Pinheiros tenham, durante todas as FASES DA CONCESSÃO:

- i. Equipamentos e instalações de emergência em permanente funcionamento, com devida manutenção;
- ii. Equipes treinadas para resposta às emergências e;
- iii. Rotas de evacuação e pontos de encontro, devidamente identificados.

6.1.12.3 O EAR, PGR e PAE devem ser elaborados no início do PROJETO, em até 180 dias após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO PRÉ-OPERACIONAL, e mantidos em todas as fases subsequentes da CONCESSÃO, considerando os riscos inerentes a cada etapa.

6.1.13 A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar PLANO DE ENGAJAMENTO com PARTES INTERESSADAS, que contemple a identificação, análise das partes interessadas e o planejamento, divulgação e disseminação de informações sobre os SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO do Rio Tietê e do Rio Pinheiros, contando com consulta e participação, um mecanismo de reclamação e o relato contínuo dos USUÁRIOS e das COMUNIDADES AFETADAS.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- 6.1.13.1 Sobre as COMUNIDADES AFETADAS, foram identificadas ocupações informais ao longo do Rio Tietê em vários municípios, evidenciando populações vulneráveis que devem ser incluídas no Plano de ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS. Além disso, destaca-se a proximidade de atividades econômicas dependentes da água dos rios Tietê e Pinheiros, como mineração e agricultura.
- 6.1.13.2 O PLANO DE ENGAJAMENTO deverá ser elaborado no início do PROJETO, em até 180 dias após o início da CONCESSÃO, contemplando todas as FASES DA CONCESSÃO.
- 6.1.13.3 O PLANO DE ENGAJAMENTO deverá ser atualizado, considerando as PARTES INTERESSADAS e especificidades de cada FASE DA CONCESSÃO.
- 6.1.13.4 Para o PLANO DE ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS a CONCESSIONÁRIA deverá manter uma equipe de gestão social (relacionamento comunitário, institucional e comunicação social), com experiência em engajamento para as todas as FASES DA CONCESSÃO.
- 6.1.14 A CONCESSIONÁRIA deverá implementar o processo de Consulta e/ou CONSULTAS INFORMADAS E PARTICIPAÇÃO (CIP) destinada aos diferentes setores da sociedade, incluindo a população em geral afetada, de acordo com as Normas Orientativas de Padrão de Desempenho 1.
- 6.1.14.1 Deverá ser realizada uma CIP dos serviços, para contribuição da sociedade na avaliação de riscos e impactos socioambientais dos SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO do Rio Tietê e do Rio Pinheiros, considerando-se as medidas de prevenção e minimização pertinentes aos serviços.
- 6.1.15 A CONCESSIONÁRIA deverá estruturar, em até 180 dias após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO PRÉ-OPERACIONAL, procedimentos para implantação de MECANISMO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES (MQR) para recebimento das queixas das PARTES INTERESSADAS dos SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO do Rio Tietê e do Rio Pinheiros, que deverá ser mantido durante todas as FASES DA CONCESSÃO.
- 6.1.15.1 Deverá o MECANISMO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES (MQR) integrar ao SGAS do projeto, garantindo a confidencialidade dos reclamantes, a não retaliação e o acesso a medidas judiciais ou administrativas. Assegurar o tratamento adequado de alegações de exploração, abuso e violência sexual. Manter ou complementar as ações necessárias.
- 6.1.15.2 Adicionalmente o MECANISMO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES (MQR) deverá:

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- i. Garantir ampla divulgação, especialmente nas fases de obras e operação;
- ii. Disponibilizar canais acessíveis para reclamações, incluindo site, atendimento presencial, telefone gratuito, caixas de sugestão e reuniões periódicas;
- iii. Contar com profissional especializado em gênero e salvaguarda para tratar alegações de exploração, abuso e violência sexual, com confidencialidade e centralidade no sobrevivente;
- iv. Considerar o perfil socioeconômico e cultural do público-alvo ao definir os canais de comunicação e reclamação;
- v. Implementar um procedimento de gerenciamento de manifestações, com prazos para devolutivas, registro documentado e medidas preventivas para evitar recorrências;
- vi. Assegurar anonimato aos denunciantes, monitorando a eficiência do processo e ajustando-o conforme necessário.

6.1.15.3 A CONCESSIONÁRIA deverá estabelecer uma parceria com a SP Águas (anteriormente DAAEE) e com a EMAE para o repasse de informações recebidas via ouvidoria, garantindo a continuidade do atendimento.

6.1.16 O cumprimento deste ANEXO e das normas aplicáveis será avaliado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.

6.1.16.1 A CONCESSIONÁRIA deverá contratar um VERIFICADOR INDEPENDENTE para avaliar a conformidade dos estudos socioambientais e das medidas mitigadoras propostas, recomendar ações corretivas quando necessário e monitorar a implementação dessas ações até seu completo atendimento, em conformidade com o sétimo princípio dos PRINCÍPIOS DO EQUADOR.

6.1.16.2 Cabe ao VERIFICADOR INDEPENDENTE monitorar o cumprimento do PLANO DE AÇÃO SOCIOAMBIENTAL e demais obrigações socioambientais deste ANEXO durante toda a CONCESSÃO dos SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO do Rio Tietê e do Rio Pinheiros.

6.1.16.3 Tanto o VERIFICADOR INDEPENDENTE quanto o PODER CONCEDENTE terão acesso (login) ao SGAS da CONCESSIONÁRIA, no qual estarão compiladas todas as informações e resultados relativos a cada programa previsto neste ANEXO.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

6.1.16.4 O SGAS deverá ser implementado desde o início do projeto e mantido atualizado conforme necessário em todas as fases da CONCESSÃO.

6.2 Condições de Emprego e Trabalho

6.2.1 A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e manter, em todas as FASES DA CONCESSÃO, Políticas e Procedimentos de Recursos Humanos (RH) integrados ao SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (SGAS) dos SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO do Rio Tietê e do Rio Pinheiros. Esses documentos devem ser adequados ao porte e à mão de obra envolvida, alinhados à legislação nacional e às notas orientativas do PD 2, incluindo a definição de um código de conduta para terceiros e para a cadeia de abastecimento.

6.2.1.1 Sobre as Condições de Trabalho e Gestão do Relacionamento com o trabalhador, a CONCESSIONÁRIA deverá considerar equidade entre trabalhadores migrantes e não migrantes, políticas sobre qualidade e gestão de serviços de acomodação, condições de trabalho e de emprego, não-discriminação e igualdade de oportunidades, redução de pessoal mediante à análise de alternativas e plano de redução, mecanismo de reclamação, proteção a mão de obra (trabalho Infantil e trabalho forçado), saúde e segurança ocupacionais (incluindo trabalhadores terceirizados e cadeia de abastecimento).

6.2.1.2 Sobre a não discriminação e igualdade de oportunidades, a CONCESSIONÁRIA deverá adotar medidas para prevenir e abordar assédio, intimidação e/ou exploração, especialmente no que diz respeito às mulheres, incluindo Código de Conduta para todos os trabalhadores (diretos e indiretos) abrangendo esta temática.

6.2.2 Em relação aos seus trabalhadores, a CONCESSIONÁRIA deverá:

6.2.2.1 Proteger os direitos de pessoas com deficiências em todas as suas políticas e procedimentos de trabalho. Tais políticas e procedimentos deverão ficar disponíveis e serem comunicadas aos trabalhadores com deficiências.

6.2.2.2 Elaborar, em até 180 dias após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO PRÉ-OPERACIONAL, e manter vigente em todas as FASES DA CONCESSÃO, um MECANISMO DE RECLAMAÇÃO específico para trabalhadores, usando um processo compreensível e transparente que forneça feedback oportuno aos trabalhadores, sem qualquer retaliação, considerando que:

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- i.Os canais deverão ser divulgados e acessíveis a todos os trabalhadores (diretos e indiretos).
 - ii.Os canais deverão ter a possibilidade de realização de reclamações anônimas.
- 6.2.2.3 Nos casos de assédio moral, sexual e discriminatórios entre gêneros, raças e etnias, deverão ser seguidos princípios de confidencialidade e centralidade da pessoa (vítima), respeitando sua segurança e vontade sobre o modo de encaminhamento da reclamação.
 - i.Deverá ser mantido durante todas as FASES DA CONCESSÃO, observado o dever de atualização.
 - ii.Deverão ser emitidos relatórios regulares sobre as reclamações realizadas.
 - iii.Não deverá haver impedimento do acesso a outras medidas judiciais ou administrativas disponíveis nos termos da lei ou por meio de procedimentos de arbitragem vigentes, nem substituir mecanismos de reclamação fornecidos por meio de acordos coletivos.
- 6.2.2.4 Em relação aos trabalhadores contratados terceirizados, deverá garantir que a contratação de terceiros seja feita por empresas idôneas, com sistema de gestão apropriado, através da avaliação do histórico. Adicionalmente, a CONCESSIONÁRIA deverá:
 - 6.2.2.4.1 Estabelecer políticas e procedimentos para gerenciar e monitorar o desempenho dos trabalhadores terceirizados, incluindo análise de documentação pertinente, acompanhamento de treinamentos e vistorias in loco, para verificação de atendimento das diretrizes da empresa e legislação federal trabalhista e previdenciária.
 - 6.2.2.4.2 Assegurar que os procedimentos adotados sejam integrados em suas operações diárias, comunicando-os de forma clara aos terceiros e, se possível, aos trabalhadores contratados por estes terceiros.
- 6.2.3 A CONCESSIONÁRIA deverá realizar um mapeamento da cadeia de abastecimento envolvida no cumprimento do CONTRATO, em todas as FASES DA CONCESSÃO, incluindo a identificação de fornecedores, possíveis riscos e impactos adversos significativos e priorização de fornecedores por níveis de risco. Adicionalmente, a CONCESSIONÁRIA deverá:

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- 6.2.3.1 Garantir que não haja, em toda a cadeia de abastecimento, existência de trabalho infantil e condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador.
- 6.2.3.2 Implementar um procedimento de avaliação e monitoramento contínuo dos fornecedores, definindo as medidas a serem adotadas em caso de irregularidades, incorporando-o ao SGAS.
- 6.2.3.3 Caso seja verificada a existência de fornecedores com irregularidades, tomar medidas cabíveis conforme procedimento e excluí-los do processo de contratação.
- 6.2.4 A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e implementar e manter durante todas as FASES da CONCESSÃO, SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (SGSST), que proporcione aos trabalhadores um ambiente de trabalho seguro e saudável, que leve em consideração os riscos inerentes ao seu setor em particular e as classes específicas de perigos nas suas áreas de trabalho, incluindo perigos físicos, químicos e biológicos, bem como ameaças específicas a mulheres etc. Esse sistema deve ser integrado ao SGAS. Para o SGSST, a CONCESSIONÁRIA deverá considerar as seguintes atividades:
 - 6.2.4.1 Desenvolver e implementar um SISTEMA DE GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL (SGSSO) integrado ao SGAS e conforme a norma ABNT ISO 45001:2024 e suas atualizações, com ações preventivas para riscos como quedas de altura, movimentação de máquinas, soterramentos, exposição a produtos químicos e biológicos, e lesões por ferramentas ou materiais nas operações dos SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO do Rio Tietê e do Rio Pinheiros.
 - 6.2.4.2 Elaborar e implementar um MONITORAMENTO DE SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL, para análise dos acidentes ocorridos no ambiente de trabalho, bem como doenças ocupacionais. Dados de monitoramento do trabalhador (como níveis de exposição e exames de saúde), deverão ser retidos e revistos, e dados de monitoramento de saúde, deverão ser usados para verificar a eficácia das medidas de proteção contra agentes perigosos.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- 6.2.4.2.1 Deverão estar incluídas no MONITORAMENTO DE SAÚDE E SEGURANÇA medidas para prevenir a exposição dos trabalhadores a riscos inaceitáveis, como sedimentos contaminados e água poluída, conforme diretrizes da CETESB.
- 6.2.4.2.2 Dentro do SGSSO, elaborar um plano abrangente com medidas específicas, incluindo:
- i. Controle de exposição a ruídos, vibrações e agentes químicos, com a implementação de um PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO AUDITIVA;
 - ii. Proteção de máquinas e equipamentos para prevenir acidentes durante a operação;
 - iii. Avaliação e controle de riscos relacionados à proximidade de linhas aéreas de energia e movimentação de cargas pesadas.
- 6.2.4.3 Realizar treinamentos abordando temas que incluam a identificação de riscos, adoção de medidas preventivas e protetoras, substituição ou eliminação de condições ou substâncias perigosas, documentação e notificação de acidentes, doenças e incidentes ocupacionais, acordos sobre prevenção, preparo e resposta a emergência, dentre outros.
- 6.2.4.4 Estabelecer procedimentos de controle de vetores, com limpeza regular das áreas de trabalho para prevenir a proliferação de mosquitos e a presença de animais peçonhentos e disponibilizar treinamentos sobre identificação e manejo de riscos relacionados a esses vetores, além de manter kits de primeiros socorros e apoio médico emergencial nas proximidades das áreas de trabalho.
- 6.2.4.5 Estabelecer jornadas de trabalho adequadas e períodos de descanso obrigatórios.
- 6.2.4.6 Elaborar e implementar um plano de controle de acesso às áreas de risco, envolvendo:
- i. Isolamento das áreas de trabalho para proteger trabalhadores e a população;
 - ii. Uso de barreiras físicas, sinalização adequada e rotas alternativas para pedestres e veículos;
 - iii. Treinamentos periódicos em saúde e segurança ocupacional, com foco na operação segura de maquinário pesado, alarmes sonoros de backup em equipamentos em movimento, resposta a emergências e uso adequado de EPIs.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

6.3 Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição

6.3.1 A CONCESSIONÁRIA deverá realizar ESTUDO HIDROLÓGICO da área do projeto associado aos SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO do Rio Tietê e do Rio Pinheiros, em até 12 meses após o início da CONCESSÃO, para identificar e avaliar riscos como alterações hidrodinâmicas, enchentes, inundações, erosão, e deslizamentos de terra, entre outros, considerando tanto os riscos que podem ser causados pelo serviço de desassoreamento quanto os que podem impactar a execução do próprio serviço. O estudo deve:

6.3.1.1 Conter um Estudo hidrodinâmico para prever alterações no comportamento do fluxo de água e identificar áreas vulneráveis à erosão.

6.3.1.2 Analisar dados climáticos históricos e projeções futuras, avaliando a vulnerabilidade da infraestrutura e identificando áreas vulneráveis a enchentes e transbordamentos, considerando o impacto durante chuvas intensas e secas prolongadas.

6.3.1.3 Desenvolver estratégias de adaptação para eventos climáticos extremos, reforçando a infraestrutura e prevenindo enchentes nas áreas de operação, assim como implementar controle de erosão nas margens dos rios para o prevenir.

6.3.1.4 Melhorias nas infraestruturas de escoamento, garantindo resistência a chuvas intensas e incluindo sistemas de drenagem eficientes, principalmente nas áreas de disposição do material assoreado.

6.3.2 A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar PLANO DE ADAPTAÇÃO AOS RISCOS CLIMÁTICOS, considerando os resultados do ESTUDO HIDROLÓGICO, concluindo em até 120 dias após sua aprovação, incluindo os cenários climáticos e modelos climáticos, bem como a escala geográfica e temporal do estudo. O PLANO deverá contemplar, no mínimo:

- i. Analisar vulnerabilidades e impactos econômicos, ambientais e sociais, considerando a capacidade adaptativa das populações e sistemas aos riscos climáticos;
- ii. Identificar eventos climáticos extremos, como enchentes, secas e ondas de calor, e avaliar os recursos e políticas existentes para adaptação;

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- iii. Incluir estratégias de adaptação com medidas estruturais, tecnológicas e baseadas na natureza, priorizando ações por custo-benefício, eficácia e urgência e
- iv. Definir indicadores para monitoramento contínuo e ajustar as estratégias conforme novas informações.

6.3.3 A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar, em até 12 meses após o início da CONCESSÃO, e implementar durante a CONCESSÃO do PROJETO um PROGRAMA DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA DE RECURSOS, o qual deverá incluir:

6.3.4 Referente aos recursos energéticos:

- i. Identificar e medir os fluxos de energia ao longo da execução dos SERVIÇOS DE DESASSOREAMENTO do Rio Tietê e do Rio Pinheiros;
- ii. Realizar o balanço energético e identificar oportunidades de melhoria;
- iii. Definir metas de desempenho energético, revisando-as regularmente para adequação às mudanças do projeto e das condições operacionais;
- iv. Comparar os fluxos de energia com as metas de eficiência, monitorar o desempenho e aplicar ações corretivas sempre que necessário;
- v. Implementar medidas de eficiência energética, incluindo a redução de perdas na distribuição e a otimização dos sistemas de conversão de energia.

6.3.4.1 Referente ao material residual:

- i. Categorizar e segregar resíduos inertes, não inertes e perigosos conforme a legislação ambiental brasileira.
- ii. Garantir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos.
- iii. Implementar práticas de reciclagem e reutilização de materiais sempre que possível.

6.3.5 A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar INVENTÁRIO DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) anualmente para quantificar as emissões, conforme metodologias internacionalmente reconhecidas, contemplando as seguintes ações:

- i. Monitorar as emissões de gases poluentes e estabelecer metas de redução.
- ii. Priorizar maquinários eficientes e combustíveis alternativos.
- iii. Adotar filtros e tecnologias para controle de emissões.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

6.3.6 A CONCESSIONÁRIA deverá implementar PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR durante toda a CONCESSÃO, realizando medições de material particulado, gases de efeito estufa e outros poluentes relevantes, com o objetivo de detectar emissões que excedam os limites regulamentares.

6.3.7 Eventuais intervenções que decorram da atualização dos estudos deverão ser realizadas pela CONCESSIONÁRIA, garantida a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

6.4 Saúde e Segurança da Comunidade

6.4.1 A CONCESSIONÁRIA deverá realizar, ainda no primeiro ano de CONCESSÃO, AVALIAÇÃO DE IMPACTO À SAÚDE E SEGURANÇA DA COMUNIDADE (AIS), para monitoramento de indicadores e implementação de medidas de mitigação.

6.4.1.1 A CONCESSIONÁRIA deverá realizar a gestão e o acompanhamento do risco de incômodos e/ou prejuízos à saúde das COMUNIDADES AFETADAS pela emissão de poluentes atmosféricos, ruídos e vibrações acima dos limites de tolerância, bem como pela gestão inadequada de resíduos e efluentes de serviços de saúde.

6.4.1.2 A Avaliação de IMPACTO À SAÚDE E SEGURANÇA DA COMUNIDADE (AIS), medidas de mitigação e monitoramento deverão contemplar as especificidades de cada FASE DA CONCESSÃO, devendo ser atualizada sempre que houver alteração dos riscos identificados.

6.4.2 A CONCESSIONÁRIA deverá Monitorar os Indicadores de AVALIAÇÃO DE IMPACTO À SAÚDE (AIS) para gerenciar e monitorar os impactos sob a população afetada.

6.4.3 A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar PROGRAMA DE TRÂNSITO E SEGURANÇA VIÁRIA, em até 180 dias após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO PRÉ-OPERACIONAL, com avaliação e monitoramento dos potenciais riscos de segurança rodoviária e de trânsito, voltados aos trabalhadores, comunidades afetadas e população que reside próxima as áreas associadas aos serviços de desassoreamento. Este programa integra os requisitos dos programas ambientais e tem como objetivo garantir o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais para as atividades de desassoreamento dos rios Tietê e Pinheiros.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- 6.4.4 A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e implementar PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL que deverá incluir ações de envolvimento e sensibilização da comunidade, contemplando temáticas relacionadas às reclamações e aos riscos/incômodos das comunidades entorno. Este programa faz parte dos requisitos ambientais e visa garantir o cumprimento das condicionantes das licenças para o desassoreamento dos rios Tietê e Pinheiros.
- 6.4.5 A Concessionária deverá realizar, em até 180 dias após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO PRÉ-OPERACIONAL, a AVALIAÇÃO E GESTÃO DE RISCOS E IMPACTOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL, implementando barreiras físicas ou outros métodos de isolamento nas áreas do projeto para garantir a segurança do público contra riscos significativos, prevenindo incidentes com materiais perigosos, falhas operacionais e minimizando a exposição a ruídos, odores e outras emissões incômodas.
- 6.4.5.1 A CONCESSIONÁRIA deverá monitorar e controlar os processos erosivos de acordo com as normas ABNT NBR 11682:2009 (Estabilidade de Encostas) e NBR 9061:1985 (Segurança de Escavações a Céu Aberto), considerando o Programa de Controle de Erosão e Assoreamento, no âmbito dos requisitos do processo de licenciamento ambiental.
- 6.4.5.2 Realizar treinamentos para os funcionários e implementar boas práticas operacionais, com o objetivo de evitar danos às áreas próximas e a equipamentos de terceiros.
- 6.4.5.3 A CONCESSIONÁRIA deverá realizar análises contínuas de riscos durante a fase de operação do projeto para identificar oportunidades de mitigar as consequências de possíveis falhas ou acidentes. Como parte dessas ações, deverão ser reduzidos os estoques de materiais perigosos por meio de gerenciamento eficiente e mudanças de processo que minimizem as consequências externas de acidentes.
- 6.4.6 A CONCESSIONÁRIA deverá garantir que todas as ações estejam em conformidade com os Padrões de Desempenho da IFC, com ênfase nos Padrões de Desempenho 1, 2 e 4, assegurando a segurança adequada do empreendimento, dos frequentadores e das comunidades vizinhas.
- 6.5 Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

6.5.1 A CONCESSIONÁRIA deverá implementar PROGRAMA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS, durante toda a operação, com as seguintes ações:

- i. Utilização exclusiva de espécies nativas para recuperação de áreas degradadas, paisagismo e estruturas de mitigação, como barreiras vegetais.
- ii. Controle da dispersão e introdução de espécies exóticas e invasoras na faixa de domínio e canteiros operacionais e administrativos do empreendimento.
- iii. Realização de interface com a gestão integrada de pragas (IPM) e/ou com a abordagem integrada de gestão de vetores (IVM).
- iv. Elaboração e execução de medidas de prevenção, controle e retirada de macrófitas aquáticas (vegetação aquática).

6.5.2 A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar, em até 180 dias após o início da CONCESSÃO, e implementar PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO E MANEJO DE SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS com vistas à identificação dos Serviços Ecosistêmicos prioritários para as comunidades, bem como ações de mitigação, monitoramento e manutenção dos Serviços Ecosistêmicos, o programa deverá:

- i. Realizar o diagnóstico dos serviços ecosistêmicos prioritários afetados pela implantação e operação do empreendimento.
- ii. Analisar e identificar os prováveis impactos da implantação e operação do empreendimento sobre os serviços ecosistêmicos.
- iii. Propor medidas mitigadoras para minimizar os impactos identificados.
- iv. O diagnóstico deverá ser realizado por meio de um processo de consulta informada e participativa, considerando:
 - Captação de opiniões de homens e mulheres, se necessário, por meio de fóruns ou engajamentos separados.
 - Reflexão das diferentes preocupações e prioridades de homens e mulheres a respeito dos impactos, mecanismos de mitigação e benefícios, quando apropriado.

6.5.3 O PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO E MANEJO DE SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS na fase de Operação deverá:

- i. Adotar práticas resilientes às mudanças climáticas, incluindo o uso de infraestrutura verde, como a restauração de áreas nas margens dos rios.

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP de Desassoreamento do Rio Tietê e do Rio Pinheiros

- ii. Integrar soluções baseadas na natureza, como o plantio de vegetação nativa e a manutenção de zonas úmidas para ajudar no controle da erosão e na melhoria da qualidade da água.
- iii. Estabelecer parcerias com outras empresas, organizações não governamentais e governos locais para enfrentar riscos compartilhados na bacia hidrográfica.
- iv. Manter e em processo de melhoria contínua, ajustar os Programas existentes de avaliação da qualidade da água e dos níveis de sedimentação.

6.6 Patrimônio Cultural

- 6.6.1 A CONCESSIONÁRIA deverá realizar uma consulta à comunidade do entorno para verificar os acessos utilizados pelas comunidades afetadas aos bens culturais existentes, realizando um mapeamento a fim de identificar possíveis impedimentos ou impactos adversos no acesso a esses bens devido à instalação de novos dispositivos e/ou obras do projeto.
- 6.6.2 A CONCESSIONÁRIA deverá realizar, antes da fase de operação da dragagem, um estudo sobre o possível TOMBAMENTO DOS BENS EXISTENTES na faixa de 5 km para cada lado dos rios Tietê e Pinheiros. O estudo deve incluir consulta ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e à comunidade envolvida na ÁREA DA CONCESSÃO, considerando os bens culturais afetados.
 - 6.6.2.1 A CONCESSIONÁRIA deverá realizar estudos sistemáticos para diagnosticar os BENS CULTURAIS TANGÍVEIS, INTANGÍVEIS E NATURAIS, ACAUTELADOS ou não, nas áreas de influência do projeto, incluindo consultas públicas. Nos casos de implantação de novos dispositivos e/ou outras obras, como novas ÁREAS DE DISPOSIÇÃO TEMPORÁRIA, deverá ser iniciado o processo de licenciamento ambiental voltado para a temática do patrimônio cultural junto ao IPHAN.
 - 6.6.2.2 A CONCESSIONÁRIA deverá evitar causar danos ou interferir na estrutura original do patrimônio cultural, mesmo que não esteja legalmente protegido ou tenha sido anteriormente afetado.